

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Brendha Romualdo Barra

UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA ESTRUTURA PATRIARCAL

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Marcella Beraldo de Oliveira

**Juiz de Fora
2019**

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Brendha Romualdo Barra**, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculada sob o número 201772126A, declaro que sou autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Uma análise sociológica da estrutura patriarcal**, desenvolvido durante o período de março de 2019 a junho de 2019 sob a orientação de Marcella Beraldo de Oliveira, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autora, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Brendha Romualdo Barra

UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA ESTRUTURA PATRIARCAL

Brendha Romualdo Barra¹

Resumo:

O presente trabalho tem como principal objetivo fazer compreender como e porque a estrutura patriarcal se estabeleceu na maioria das sociedades e por quais meios esse padrão perpetuou. Para isso, foi necessário através do livro "A Dominação Masculina" de Pierre Bourdieu explicar como a dominação masculina se apropriou das instituições, para posteriormente com o livro "A origem da família, da propriedade privada e do Estado" de Friedrich Engels explicar como, através das mudanças no tipo de família, ela surgiu. Sendo assim, explicaremos também os conceitos de divisão sexual do trabalho e reprodução social para demonstrar como o capitalismo se apropriou da instituição da família como forma de geração de lucro. Por fim, será necessário fazer algumas ressalvas sobre essas análises, com os seguintes autores: Mariza Corrêa, Norbert Elias e Philippe Ariès, para que o artigo seja compreendido também sobre outros pontos de vista.

Palavras-chave: Estrutura Patriarcal, Dominação Masculina, Família patriarcal, Divisão Sexual do Trabalho, Reprodução Social, Capitalismo.

Abstract:

The present work of this paper is to understand how and why the patriarchal structure was established in most societies and by what means this pattern perpetuated. For this, it was necessary through Pierre Bourdieu's book "The Male Domination" to explain how male domination appropriated institutions, and later with Friedrich Engels's book "The Origin of the Family, Private Property and State" explains how, through changes in the type of family, it emerged. Thus, we will also explain the concepts of sexual division of labor and social reproduction to demonstrate how capitalism appropriated the institution of the family as a form of profit generation. Finally, it will be necessary to make some reservations about these analyzes, with authors such as: Mariza Corrêa, Norbert Elias and Philippe Ariès, so that the article can be understood also from other points of view.

Keywords: Patriarchal Structure, Male Domination, Patriarchal Family, Sexual Labor Division, Social Reproduction, Capitalism.

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. E-mail: brendha_romualdo_barra@hotmail.com, brendharomualdobarra@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau em Bacharel. Orientador: Prof^a. Dr^a. Marcella Beraldo de Oliveira.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar sociologicamente a sociedade patriarcal em que estamos imersos atualmente, buscando entender como se originaram esses padrões de dominação masculina e como o capitalismo influenciou nesse processo. Para isso, é preciso compreender como essas estruturas se formaram e porque, na maioria das vezes, não conseguimos entender como tais costumes machistas são dados como normas.

Dito isso, a metodologia dessa análise será realizada através de pesquisas bibliográficas de diversos autores que permitem o entendimento estrutural da sociedade patriarcal. Começando com o livro “A Dominação Masculina” de Pierre Bourdieu, que de maneira lúcida faz com que percebamos como estamos imersos nessa sociedade a ponto de não enxergarmos certas manifestações exacerbadas dessa dominação. Segundo Bourdieu:

“Como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação.” (BOURDIEU, 2017, p.13)

Posteriormente, farei uso do livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” de Friedrich Engels, que possibilitará explicar como a forma de família que conhecemos atualmente se originou e como as instituições, juntamente com o capitalismo, foram capazes de moldar essa estrutura, principalmente no que diz respeito à anulação do direito materno em função da acumulação de capital e de bens por parte dos homens. Dessa forma, é importante levar em conta a importância histórica da derrubada do direito materno, pois é nesse momento que têm origem a família patriarcal, que tem como premissa fundamental a organização de um certo número de pessoas dependentes do poder paterno. Para Engels:

“A derrubada do direito materno representou a derrota do sexo feminino no plano da história mundial. O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação.” (ENGELS, 2019. p. 60)

Ao analisar as bibliografias citadas anteriormente foi possível perceber que é de extrema importância para a compreensão e conclusão do artigo aprofundar nos conceitos de divisão sexual do trabalho e de reprodução social, já que são esses que permitem explicar como o capitalismo tem poder e influência sobre as instituições, principalmente no que diz respeito a família. Assim sendo, a divisão sexual do trabalho significa, superficialmente, a separação entre a casa e o trabalho, o que serve nas sociedades patriarcais para justificar o domínio masculino dentro e fora do ambiente doméstico, baseado na acumulação do capital.

Já o conceito de reprodução social diz respeito a força de trabalho que existe fora da produção industrial e econômica, que se encontra dentro da instituição da família. Sendo assim, para as feministas marxistas a teoria de reprodução social é um exemplo perfeito de como a produção de bens e serviços e produção de pessoas fazem parte de um único sistema. Ou seja, a reprodução de novos trabalhadores, que posteriormente serão explorados pelo capitalismo, é um serviço totalmente gratuito exercido pelas mulheres, assim como o tempo e o cuidado que são despendidos para a criação dos filhos, o que obviamente gera mais lucro e retorno para o sistema capitalista.

Dessa forma, são por esses motivos que os conceitos da divisão sexual do trabalho e reprodução social, são tão essenciais para a compreensão da família patriarcal, assim como seus desdobramentos, já que essas são estruturas constantes que reafirmam a dominação masculina, tanto na obtenção de lucro, quanto no ambiente doméstico, o que torna essas manifestações tão comuns a ponto de se tornarem padrões involuntários.

Por fim, na penúltima parte do trabalho foi necessário abordar algumas teorias que analisam a obra dos autores citados anteriormente sobre outra perspectiva. Por meio de uma abordagem relativista a autora Mariza Corrêa ressalta a importância de se pensar nas sociedades de forma única, buscando compreender as particularidades de cada uma, o que foi possível relacionar com as obras de Norbert Elias e Philippe Ariès, obtendo assim uma melhor compreensão sobre a estrutura patriarcal presente nas sociedades.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Dominação masculina e a reafirmação involuntária das estruturas patriarcais

Como foi dito anteriormente, na introdução do trabalho, é importante entender que a divisão entre os sexos está extremamente incorporada no contexto social, o que dificulta sua identificação e, conseqüentemente, sua erradicação. Dito isso, podemos afirmar que essa divisão predomina, principalmente, no ambiente doméstico e no mercado de trabalho, já que são nesses locais que se estabelecem com maior clareza a divisão sexual do trabalho e a dominação masculina, duas premissas que se consolidaram como inerentes a sociedade, juntamente com o capitalismo.

Segundo Bourdieu, a divisão entre os sexos e a dominação masculina não é algo facilmente percebido socialmente e, isso acontece devido a concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas, sendo a primeira responsável por analisar o mundo conforme ele é, sociologicamente e, a segunda corresponde aos modos de agir e compreender o mundo perante essa primeira análise (BOURDIEU, 2017). Logo, as estruturas objetivas moldam a sociedade conforme as estruturas cognitivas estabeleceram anteriormente, estabelecendo um ciclo. É por esse motivo que a ordem natural das coisas exerce com tanta repetição a dominação masculina sobre a feminina, que tende a se consolidar cada vez mais, agindo como uma engrenagem desse ciclo e, ao mesmo tempo, responsável por contribuir para sua perpetuação. Para o autor:

"A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por seus vez, ela própria a construção social naturalizada." (BOURDIEU, 2017. p.33)

Por conseguinte, um bom exemplo dessa concordância entre as estruturas objetivas e cognitivas é a divisão sexual do trabalho, em que involuntariamente desempenhamos o papel de intermediários. Desenvolvemos esse papel pois estamos mais habituados com mulheres trabalhando em casa e cuidando dos filhos, enquanto o homem exerce sua função dentro do mercado de trabalho, e por isso, associamos involuntariamente que essa divisão é a correta e, assim tendemos a reafirmá-la.

Em decorrência disto, essa reafirmação perdurou por muitos anos, e perdura até os dias atuais, o que fica evidenciado pelo fato de que mesmo que as mulheres tenham conquistado o direito de trabalhar fora de casa, isso não representou o fim da opressão feminina, pelo contrário, aumentou, agora além de ser responsável por um serviço dentro do mercado de trabalho, ela passa a ser responsável também pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos, porém falaremos desse mérito posteriormente ao tratarmos de reprodução social e divisão sexual do trabalho.

Sendo assim, as estruturas de dominação desde seu surgimento nunca foram minimizadas, pelo contrário, foram intensificamente reafirmadas por todos os tipos de instituições: família, igreja, Estado, escola, mídia, etc. Essa intensificação só foi possível devido a união dessas instituições com o sistema capitalista, que juntos foram capazes de transformar o homem em sujeito, provedor do capital e do trabalho, enquanto a mulher passou a ser negociada, como um objeto de troca.

Devido a essa prática desenfreada de submissão feminina e opressão masculina, as mulheres incorporaram essa característica e de certa forma também são responsáveis por reproduzi-las, o que contribui ainda mais para a perpetuação do ciclo. Sendo assim, para Bourdieu:

"A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte [...]" (BOURDIEU, 2017. p 45)

Isto posto, o sociólogo explica que as "expectativas coletivas" são o real motivo pelo qual as mulheres aceitam essa posição de submissão, já que essas expectativas estão presentes em toda sociedade, até mesmo no ambiente familiar, reafirmando que a mulher deve ser submissa ao homem e que o universo público pertence a ele, enquanto o privado diz respeito a ela. Essas "expectativas coletivas" que estão extremamente presentes nas estruturas são apropriadas pelas instituições e por todo conjunto social, reforçando ainda mais a divisão entre o feminino e o masculino (BOURDIEU, 2017. p.72-73). Logo, a mulher conseqüentemente tende a acreditar na sua submissão, se tornando uma vítima da dominação simbólica e masculina.

“A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais a forma incorporada de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto.” (BOURDIEU, 2017. p.47)

Diante das afirmações expostas anteriormente, é possível enfatizar que as instituições são responsáveis também pela perpetuação do sistema patriarcal, já que são essas que permitem e possibilitam que a sociedade entenda como correto a divisão entre os sexos e a dominação masculina. Além disso, podemos afirmar que a família é a principal responsável por impor um padrão de comportamento para a mulher, já que:

“O trabalho de reprodução, esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida, a família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem” (BOURDIEU, 2017. p.103)

Sendo assim, o intuito desta parte do trabalho é fazer compreender como as estruturas cognitivas assimilam involuntariamente os padrões estabelecidos na sociedade e, como nós, na maioria das vezes, servimos como engrenagens para o funcionamento dessa dominação, que ocorreu de forma tão natural e gradual. Com a análise do livro “A dominação masculina” de Pierre Bourdieu, foi possível perceber e entender como certas coisas dadas como naturais se estruturam a partir de um ciclo constante de opressão e, como essas amarras, uma vez estabelecidas, podem ser danosas e difíceis de desfazer.

Por fim, compreendemos também que as estruturas responsáveis por essa naturalidade foram estabelecidas a muito tempo atrás e que por isso não somos capazes de identificá-las. Logo, o presente trabalho tem como premissa identificar a origem desse sistema de opressão, e é sobre o que trataremos na próxima etapa do trabalho, com o livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” de Friederich Engels, em que constataremos como as mudanças na estrutura da família influenciaram nesse processo e por quais motivos isso ocorreu.

2.2 A origem da família e da dominação masculina

Em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” o autor, Friederich Engels, estabelece uma linha cronológica da formação da família, partindo da família consanguínea até chegar na família monogâmica, que conhecemos atualmente. Isso só foi possível porque o autor se baseou nos estudos de Lewis W. Morgan, um antropólogo, que pesquisou sobre a questão do parentesco em escala global, o que está exposto em seu livro “Ancient Society” (1877). Além disso, Engels relaciona a formação da família com o surgimento da divisão sexual do trabalho, da reprodução social e, principalmente, com o surgimento do capitalismo.

Sendo assim, para Morgan a família consanguínea é o primeiro estágio de família de que se tem relato e detém essa alcunha pois todas as pessoas que pertencem à mesma geração são casadas umas com as outras, ou seja, todas as avós são casadas com todos os avôs, todos os pais são casados com todas as mães e assim por diante, o que explica a relação consanguínea entre todos os membros dessa sociedade. Na família consanguínea as mulheres eram poliândricas e os homens poligâmicos, o que significa que não era possível reconhecer quem eram os pais das crianças, somente as mães. Dito isso, é importante ressaltar que o casamento entre ascendentes e descendentes não são permitidos, logo os pais/mães não podem se relacionar sexualmente com seus filhos/filhas, assim como os avós/avôs não se relacionam com seus filhos/filhas e com seus netos/netas (ENGELS, 2019. p. 44-45). Sendo assim:

“Nesse estágio, a relação entre irmão e irmã implica por si só o exercício da relação sexual recíproca. A configuração típica dessa família consistiria na descendência de um casal, na qual, por sua vez, os descendentes de cada grau são irmãos e irmãs e, justamente por isso, maridos e mulheres entre si.” (ENGELS, 2019. p.45)

Já o segundo estágio de família, a família punaluana, tem como principal característica a exclusão dos irmãos e das irmãs da relação sexual recíproca, o que permitiu a criação da classe dos sobrinhos/sobrinhas e primos/primas, visto que a partir desse estágio os filhos da irmã não eram os mesmos do irmão. Outra característica importante da família punaluana é que o casamento grupal acontecia de forma diferente do anterior, mesmo que existissem grandes grupos que se relacionavam sexualmente, quando duas pessoas se casavam ficava estabelecido o marido/esposa principal de cada par, embora ambos ainda pudessem se relacionar sexualmente com o restante do grupo (ENGELS, 2019.p 45-50). Essa forma de casamento grupal ainda permite que somente a linhagem materna seja conhecida, o que para Engels implica que:

“Está claro, portanto, que enquanto existe casamento grupal é possível comprovar a linhagem apenas pelo lado materno e, portanto, somente a linha materna é reconhecida.” (ENGELS, 2019. p.48)

Dito isso, podemos afirmar que a família de um par é a evolução da família punaluana, se no estágio anterior já existia a formação de um casal, no atual, ele se aperfeiçoa, de forma que nesse estágio o homem e a mulher devem morar juntos de modo que o homem pode ser poligâmico e infiel, enquanto a mulher deve ser fiel e monogâmica. Essa diferenciação entre a sexualidade da mulher e do homem ocorre nesse estágio porque nos anteriores as mulheres ocupavam uma posição mais privilegiada, elas eram extremamente respeitadas já que exerciam o domínio doméstico, possuíam o reconhecimento exclusivo sobre os filhos e, ainda pertenciam a mesma gens, enquanto o homem não. Diante disso, podemos dizer que o casamento de um par modificou drasticamente a estrutura familiar anterior, já que colocava além da mãe natural o pai natural, o que antes não era possível com o casamento poliândrico. (ENGELS,2019. p.51-53)

A família de um par, assim como as anteriores, se desenvolveram em uma sociedade comunista² em que a divisão do trabalho definia o homem como responsável por obter alimentos enquanto a mulher era responsável pelo cuidado com a casa e com os filhos, ambos tinham a mesma importância para a manutenção do lar, ou seja, não importava o tipo de trabalho que era exercido pelas partes, o que importava era o valor que o trabalho deles representava para a família e para a sociedade no geral. Porém, a medida que as riquezas do homem começaram a aumentar - devido ao desenvolvimento das técnicas de agricultura, pesca e de criação de animais - foi garantido a ele uma posição mais essencial que a da mulher na família e, assim, se tornou necessária a derrubada do direito materno, para que a sucessão hereditária favorecessem seus próprios filhos e filhas e, não os filhos e filhas dos irmãos e irmãs do pai, conforme estabelecia o direito materno. (ENGELS, 2019.p. 57-59)

“Portanto, à medida que se multiplicavam, as riquezas, por um lado, proporcionavam ao homem uma posição mais importante do que a da mulher na família e, por outro, geravam o impulso para valer-se dessa posição fortalecida, a fim de derrubar a sucessão hereditária em favor de seus filho/filhas. Mas isso não foi possível enquanto vigorou a linhagem segundo o direito materno. Era esta, portanto, que tinha de ser derrubada, e ela o foi.” (ENGELS, 2017. p. 59)

Embora a transição do direito materno para o direito paterno tenha acontecido de forma extremamente natural e pacífica ele representou a primeira derrota das mulheres perante aos homens, já que agora os mesmos exerciam o domínio fora e dentro de casa.

“A derrubada do direito materno representou a derrota do sexo feminino do plano da história mundial. O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação.” (ENGELS, 2019. p. 60)

² Deve-se mencionar que Engels, ao usar o termo sociedade comunista, não está se referindo ao sistema comunista oposto ao capitalismo que estamos habituados, mas sim ao tipo de sociedade que existia na época, que tinha como característica sua essência comunitária.

Em face a derrubada do direito materno teve origem a família patriarcal, baseada no direito paterno, que tem como premissa fundamental a organização de um certo número de pessoas, livres ou não, submissas ao poder paterno. Logo, a família de um par proporcionou drásticas mudanças na estrutura da família que existia anteriormente, já que agora a mulher passava a ser tratada como propriedade do homem, e que este possuía o direito de submeter todos ao seu poder (mulher, filhos/filhas e escravos), além de ter o direito sobre a vida e a morte deles (ENGELS, 2019. p 60-61). Para Engels, o exemplo perfeito desse tipo de família era a família romana, visto que para essa família tinha como significado: conjunto de escravos que pertenciam ao homem.

Com o aumento da população e com desenvolvimento econômico as relações sexuais perderam o seu caráter primitivo, assim como o comunismo, o que tornou as relações mais humilhantes e opressivas para as mulheres, já que agora elas eram vistas como propriedades dos chefes de família. Diante disso, podemos afirmar que com o surgimento do capitalismo as mulheres, assim como as propriedades, passaram a ter valor de troca, o que significava que ao se casar com o homem a mulher pertencia a ele, e ele deveria exercer total domínio sobre ela.

Além disso, devido à expansão do comércio, o crescimento do rebanho e desenvolvimento da produção agrícola passou a ser necessário um maior contingente de pessoas para exercer o trabalho na sociedade e, para isso foram designados os prisioneiros de guerra, que na visão dos patriarcas podiam se reproduzir feito animais, ou seja, de forma desenfreada (ENGELS, 2019. p. 59). Diante desse fato, torna possível exemplificar que o capitalismo, desde sua origem, já tinha como premissa a reprodução de pessoas como forma de obter lucro. Atualmente, esse método é denominado de reprodução social e, é o método que o capitalismo encontrou de explorar ainda mais as mulheres, enxergando-as como fonte de reprodução e lucro.

“O que aconteceu com as esposas, que antes eram fáceis de conseguir e passaram a ter valor de troca e a serem compradas aconteceu também com a mão de obra, especialmente depois que os rebanhos passaram definitivamente a ser posses das famílias. A família não se multiplicava tão rapidamente quanto o gado. Mais pessoas eram necessárias para vigiá-lo; na condição de prisioneiro de guerra, o inimigo podia ser usado para esse fim e, além disso, podia perfeitamente ser criado e reproduzido como o próprio gado.” (ENGELS, 2019. p.59)

Dentro deste contexto, proporcionado pela família de um par, surge a família monogâmica, o primeiro tipo de família que teve origem devido às condições econômicas e sociais e, não devido às condições naturais, como era anteriormente nas sociedades comunistas. Além disso, a família monogâmica têm como premissa a dominação do homem sobre a mulher e a reprodução de herdeiros com a paternidade inquestionável (ENGELS, 2019. p. 64-66). Logo:

“A monogamia foi a primeira forma de família que não se fundou em condições naturais, mas em condições econômicas, a saber, sobre a vitória da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, de origem natural. Soberania do homem na família e geração de filhos que só podiam ser dele próprio e estavam destinados a ser herdeiros de suas riquezas - estes eram os fins exclusivos do casamento monogâmico, declarados abertamente como tais pelos gregos.” (ENGELS, 2019. p. 67)

A família monogâmica se destaca pois é a primeira forma de família que se baseia na subjugação de um sexo pelo outro, o que torna importante ressaltar que apesar de os sistemas legais acreditarem que o casamento é uma associação voluntária em que ambas as partes estão de acordo, isso não é o que realmente acontece. Visto que assim como em um contrato de trabalho sempre há uma pressão que uma parte exerce sobre a outra, e no caso do casamento no estágio da família monogâmica, essa pressão exercida ocorre da parte do homem sobre a mulher (ENGELS, 2019, p. 73-74).

Sendo assim, podemos atribuir essa pressão à derrubada do direito materno, visto que em uma economia comunista a condução da casa exercida pela mulher era algo tão público e essencial, quanto a obtenção de alimento por parte do homem, o que mudou drasticamente com o desenvolvimento da indústria e a constituição do casamento monogâmico. Devido a isso, a administração do lar se tornou algo muito privado, e a mulher se tornou funcionária do homem, afastada da produção industrial e totalmente imersa na reprodução social e no cuidado com os filhos. Neste momento, a mulher se torna para o capitalismo uma forma de obter

lucro, já que a reprodução, exercida por ela, era de extrema importância, tanto para a manutenção dos rebanhos e da força de trabalho, quanto para a perpetuação da herança da família.

O progresso da formação da família patriarcal está totalmente associado com a retirada dos direitos das mulheres, ou seja, essa forma de família se estabeleceu graças a escravização doméstica da mulher, enquanto ela assumiu o papel de proletária, o homem assumiu o papel do burguês, responsável pela manutenção do lar (ENGELS, 2019, p. 75). Isso ocorreu, e perdurou pois a mulher ao exercer seus trabalhos domésticos e ao cuidar dos filhos, automaticamente se exclui da produção industrial, logo não é independente e, não pode adquirir nada, muito menos sustentar o lar.

“ Na antiga economia doméstica comunista, que abrangia muitos casais e seus filhos/filhas, a condução da casa, a carga das mulheres, era uma indústria pública tão socialmente necessária quanto a obtenção dos alimentos pelos homens. A família patriarcal e, sobretudo, a família monogâmica individual mudaram isso. A condução da casa perdeu seu caráter público. Deixou de concernir a sociedade. Tornou-se um serviço privado; a mulher se tornou a serviço número um, aliada da participação na produção social.” (ENGELS, 2019, p. 74)

Dessa forma, tomando como base os fatos expostos aqui, é possível afirmar que a família patriarcal, que conhecemos atualmente, teve sua origem graças à concentração de muita riqueza nas mãos de uma pessoa só e da necessidade de repassar essa riqueza aos filhos, associada com a derrubada do direito materno. Isso significa que se esse acúmulo chegasse ao fim a família monogâmica também chegaria e, além disso, com o fim do capitalismo também observaríamos o fim da dominação masculina sobre a mulher, já que a superioridade do homem no casamento só ocorre em função da supremacia econômica que ele possui.

“A monogamia surgiu da concentração de grandes quantidades de riqueza em uma só mão - mais precisamente na de um homem - e da necessidade de legar essa riqueza aos filhos desse homem e de nenhum outro. Para isso, era requerida a monogamia da mulher e não do homem, de tal maneira que essa monogamia da mulher não impediu a poligamia aberta e dissimulada do homem. Porém, a iminente revolução social reduzirá ao mínimo toda essa preocupação com a herança ao transformar ao menos a parte imensamente maior da riqueza duradoura e hereditária - os meios de produção - em propriedade social. Ora, dado o que a monogamia surgiu por causas econômicas, será que ela desaparecerá quando essas causas desaparecerem?

Com uma boa dose de razão, podemos responder: ela não só não desaparecerá, como só então se realizará plenamente. Pois, com a transformação dos meios de produção em propriedade social, desaparecerá também o trabalho assalariado, o proletariado e, portanto, a necessidade de que certa quantidade - esteticamente calculável - de mulheres se entregue por dinheiro. A prostituição desaparecerá e a monogamia, em vez de sucumbir, finalmente se tornará realidade também para os homens.” (ENGELS, 2019, p. 76)

Portanto, nesta subdivisão do artigo foi possível entender todas as etapas que a sociedade percorreu até chegar na forma de família monogâmica e, quais mudanças foram necessárias para que atualmente presenciemos esse contexto. Logo, o presente artigo pretende estabelecer como essa formação de família, que prega a subordinação da mulher e o acúmulo de capital, predomina a sociedade até os dias de hoje e como essas normas são reproduzidas de forma tão involuntária. Como foi explicado anteriormente com o auxílio do livro “A Dominação Masculina” de Pierre Bourdieu, a estrutura patriarcal perdura através da associação das instituições com o capitalismo, o que resulta, entre outras coisas, na divisão sexual do trabalho, que trabalharemos a seguir.

Por fim, é de extrema importância enfatizar que para Engels e Marx a primeira divisão social do trabalho surgiu com o desenvolvimento da família monogâmica:

“Assim, o casamento monogâmico de modo algum entra na história como a reconciliação entre homem e mulher, muito menos como sua forma suprema. Pelo contrário. Ele entra em cena como a subjugação de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, desconhecido em toda a história progressa. Em um artigo manuscrito inédito, elaborado por Marx e por mim em 1846, encontro o seguinte: “A primeira divisão do trabalho foi a que ocorreu entre homem e mulher visando à geração de filhos”. E hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento monogâmico, e a

primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo masculino. O casamento monogâmico foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, inaugura ao lado da escravidão e da riqueza privada, a época que perdura até hoje, em que cada progresso constitui, simultaneamente um retrocesso relativo, em que o bem estar e o desenvolvimento de uns se impõe sobre a dor e a opressão de outros.” (ENGELS, 2019. p. 68)

2.3 Divisão sexual do trabalho

Nesta parte do trabalho, temos como principal objetivo exemplificar como o capitalismo modificou as estruturas de trabalho existentes na sociedade pré-capitalista, e, como a burguesia simplificou o antagonismo de classes, transformando-o em dois, a saber burguesia e proletariado (MARX; ENGELS, 2018. p. 40). Dito isso, é preciso enfatizar que nas sociedades pré-capitalistas, independente do tipo de família, o trabalho sempre existiu e ele era tão essencial quanto é atualmente, visto que ambos os sexos eram responsáveis pela sobrevivência da família. Logo, nesse tipo de sociedade, a divisão do trabalho entre homem e mulher existia, mas não era hierarquizada, como dito anteriormente, tanto o cuidado com a casa, com os filhos e com a alimentação, quanto a caça eram essenciais para a manutenção do lar .

Sendo assim, a divisão do trabalho começou a se modificar quando o homem passou a acumular riquezas, ou seja, quando a relação dos indivíduos entre si, os instrumentos e os produtos do trabalho começaram a se desenvolver. Isso ocorre pois, o que os indivíduos são coincide com o que eles produzem, logo o que esses indivíduos são depende das condições de sua produção. Nesse estágio de desenvolvimento, a divisão do trabalho caminha paralelamente ao desdobramento da propriedade privada, o que estabelece as relações entre opressor e oprimido, burguesia e proletariado, homem e mulher. O que pode ser exemplificado pelo fato de que a primeira forma de propriedade privada é a família, o que fez com que tanto a mulher, quanto os filhos se tornassem escravos do homem. (MARX; ENGELS, 1989. p.187)

Dessa forma, a divisão do trabalho ocasiona a ruptura entre os interesses individuais e coletivos na sociedade, já que assim que o trabalho começa a ser dividido, cada um passa a ter uma esfera de atividade exclusiva da qual não se pode fugir (MARX; ENGELS, 1989 .p.188-189). O que explica o motivo pelo qual a partir de dado momento o homem passou a comandar a esfera pública e a privada, e porque isso resultou em uma postura de submissão feminina.

A constante transformação dos tipos de sociedade e consequentemente dos tipos de propriedade ganhou força, se modificou e se expandiu, resultando na criação do sistema capitalista, que têm como significado:

“[...] sociedade de classes que permitem a uma pequena minoria acumular lucros privados por meio da exploração de um grupo muito maior, que deve trabalhar por salários.” (Feminismo para os 99%: um manifesto.(ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019. p. 52)

Sendo assim, com o desenvolvimento da sociedade capitalista e com a eclosão da Revolução Industrial, às mulheres foram inseridas no mercado de trabalho, o que não significou sua libertação. Apesar de ter sido uma conquista, o trabalho feminino - dentro de uma sociedade pautada na luta de classes - sempre foi considerado inferior ao do homem, o que resultou em cargos menores e também salários inferiores. Em decorrência disto, quando a mulher se estabelece como parte de sistema produtor, ela passa a desenvolver dois trabalhos e a ser remunerada somente por um, visto que o trabalho doméstico não é reconhecido como um trabalho válido para o sistema capitalista. Dito isso:

“No século XX, em especial nas democracias fordistas do pós-guerra, as mulheres foram cada vez mais integradas no sistema de trabalho, mas o resultado disso foi apenas a consciência feminina esquizóide. Pois, de um lado, o avanço das mulheres na esfera de trabalho não poderia trazer nenhuma libertação, mas apenas o ajuste ao deus-trabalho, como entre os homens. De outro lado, persistiu incólume a estrutura de "cisão", e assim também as esferas das atividades ditas "femininas", externas ao trabalho oficial. As mulheres foram submetidas, desta maneira, à carga dupla e, ao mesmo tempo, expostas a imperativos sociais totalmente antagônicos. Dentro da esfera do trabalho elas ficaram até hoje, na sua grande maioria, em posições mal pagas e subalternas.” (GRUPO KRISIS, 2003.)

Dessa forma, devemos constatar que a divisão do trabalho que conhecemos atualmente se estabeleceu ao longo do século XIX, devido ao avanço do capitalismo. Essa divisão estabelecia, principalmente, a divisão entre o trabalho feito pela mulher e o trabalho feito pelo homem, o que gerava uma hierarquização. Além disso, às mulheres ainda eram responsáveis por administrar a casa e cuidar dos filhos, e por isso, a jornada duplamente opressiva das mulheres começou a ganhar destaque.

“A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).” (HIRATA; KERGOAT, 2007. p. 599)

Em decorrência disto, o autor Pierre Bourdieu faz uma breve análise sobre a inferioridade dos cargos femininos em relação aos cargos masculinos, em seu livro “A dominação Masculina”, já citado anteriormente nesse artigo. Para isso, o autor afirma que a ação de superioridade masculina destina às mulheres a posições mais inferiores dentro do mercado de trabalho, o que faz com que mesmo que a mulher desempenhe o mesmo trabalho que um homem, um tende a ser mais valorizado que o outro.

Isso ocorre devido ao breve período de tempo que a mulher está inserida no mercado de trabalho e, também, ao fato de relacionarem a mulher sempre como emotiva e irracional, simplesmente pelo fato de serem mães. Para uma sociedade misógina se as mulheres permaneceram durante a maior parte da história cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos, é neste lugar que ela deve permanecer.

“Excluídas do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos, e mais especificamente dos econômicos, às mulheres ficaram durante muito tempo confinadas ao universo doméstico e as atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência; atividades (principalmente maternas) que, mesmo quando aparentemente reconhecidas e por vezes ritualmente celebradas, só o são realmente enquanto permanecem subordinadas às atividades de produção, às únicas que recebem uma verdadeira sanção econômica e social, e organizadas em relação aos interesses materiais e simbólicos da descendência, isto é, dos homens” (BOURDIEU, 2017. p. 116)

Portanto, ao longo do que foi exposto anteriormente é possível afirmar que o trabalho feminino, realizado dentro da esfera privada, não é valorizado pelo capitalismo, visto que o próprio sistema têm como objetivo ocultar a dimensão econômica que este possui. Em decorrência disso, existe um outro trabalho feminino que é negligenciado pelo capitalismo, mas que é essencial para a manutenção da exploração: a reprodução social, que têm origem quando uma mulher dá à luz a uma criança, depende tempo, cuidado e dinheiro para isso, além de proporcionar lucro para o sistema capitalista e gerar novos trabalhadores que posteriormente servirão como massa de exploração. Dito isso, é importante mencionar que trataremos dessa temática na subdivisão seguinte.

2.4 A reprodução social

A teoria de reprodução social, pensada primeiramente por feministas marxistas, têm como premissa explicar que tanto o trabalho de produção quanto o trabalho de reprodução estão integrados dentro de um mesmo sistema, o sistema capitalista, e que portanto ambos são capazes de gerar lucro. Em decorrência disso, é preciso relembrar que os dois já existiam anteriormente nas sociedades pré-capitalistas, mas só passaram a serem tratados de formas distintas com o surgimento do capitalismo, já que o trabalho de reprodução social deixou de ser público, com a derrubada do direito materno e, o trabalho de produção passou a dizer respeito somente à economia, permanecendo público.

Sendo assim, o trabalho de reprodução social vêm sendo renegado pelo sistema capitalista, já que não o reconhece e, muito menos atribui valor a ele. De encontro a isso, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser afirmam que:

“A perversidade se torna nítida quando relembramos o quanto o trabalho de produção de pessoas é, na verdade, vital e complexo. Essa atividade não apenas cria e mantém a vida no sentido biológico, ela

também cria e mantém a nossa capacidade de trabalhar - ou o que Marx chamou de "força de trabalho". E isso significa moldar às pessoas com atitudes, disposições e valores, habilidades, competências e qualificações "certas". Em resumo, o trabalho de produção de pessoas supre algumas das pré condições - materiais, sociais e culturais - fundamentais para a sociedade humana em geral e para a produção capitalista em particular. Sem ele, nem a vida, nem a força de trabalho estariam encarnadas nos seres humanos." (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019. p. 52)

Dito isso, é possível afirmar que a reprodução social serve ao sistema capitalista como uma forma de substituição da força de trabalho, ou seja, é visto, unicamente, como uma forma de instrumentalizar a reprodução para gerar mais lucro, já que o sistema ignora o quanto de trabalho é despendido na criação de um filho e, não atribui nenhum valor monetário a esse trabalho, designando-o unicamente como uma questão de responsabilidade e cuidado feminino.

Isso acontece, e perdura até os dias atuais devido a capacidade que o capitalismo possui de ocultar a importância da reprodução social para o sistema, visto que o trabalho assalariado não poderia existir sem o trabalho não assalariado de produção de pessoas, exercido pelas mulheres.

"Essas perguntas revelam uma verdade que o capitalismo conspira para ocultar: o trabalho assalariado para a obtenção de lucro não poderia existir sem o trabalho (na maioria das vezes) não assalariado de produção de pessoas. Portanto, a instituição capitalista do trabalho assalariado esconde algo além do mais-valor. Esconde suas marcas de nascença - a mão de obra de reprodução social que é condição para que ela seja possível." (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019. p. 108)

Além disso, o sistema capitalista, se torna especialmente contraditório ao analisarmos o conceito de reprodução social, afinal como é possível necessitar do trabalho de reprodução de pessoas e ao mesmo tempo não atribuir valor a ele? (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019. p. 111)

"A razão básica, argumentamos, é que o tratamento que o capitalismo dá à reprodução social é contraditório. Por um lado, o sistema não pode funcionar sem essa atividade; por outro, ele renega os custos desta última e confere a ela pouco ou nenhum valor econômico. Isso significa que às capacidades utilizadas para o trabalho de reprodução social não têm seu valor reconhecido, são tratadas como dívidas inesgotáveis que não exigem atenção ou renovação." (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019. p. 111)

Em decorrência disso, podemos afirmar que a teoria de reprodução social é mais um dos métodos que o capitalismo encontrou de oprimir e subjugar às mulheres, uma vez que atribuem a ela tudo que existe de mais inferior. Um exemplo disso é que quando estão no mercado de trabalho possuem os piores cargos e os piores salários e quando cuidam da casa não possuem nem mesmo reconhecimento por parte do sistema, que dirá recompensa financeira. Sendo assim, com a introdução da mulher no mercado de trabalho, surgiu também a jornada de trabalho dupla, de forma que o lucro do capitalismo sobre a mulher também duplicou, visto que além da exploração sofrida por ela por meio do trabalho assalariado existe também a exploração do trabalho não assalariado, ou seja, do trabalho que ela exerce dentro da esfera privada, que é tratado como inexistente.

"Parte desse trabalho comoditiza o trabalho de reprodução que antes era realizado sem remuneração. Mas se o efeito dessa comoditização turva a divisão histórica do capitalismo entre produção e reprodução, também é certo que essa consequência não emancipa às mulheres. Ao contrário, quase todas nós ainda somos obrigadas a trabalhar o "segundo turno" mesmo quando mais do nosso tempo e da nossa energia é apropriado pelo capital. E, claro, muito do trabalho assalariado feminino decididamente não é libertador. Precário e mal remunerado, sem oferecer acesso a direitos trabalhistas ou benefícios sociais não é suficiente para pagar por autonomia, autorrealização ou oportunidade de adquirir e exercitar habilidades." (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019. p. 112 e 113)

Essa análise, nos permite concluir que o que começou com a derrubada dos direitos maternos, hoje se torna uma enorme calamidade, em que as mulheres são colocadas à margem da sociedade, como simples fontes de geração de lucro, e são, ao mesmo tempo, subjugadas no mercado de trabalho, na família e nas relações sociais. Portanto, a reprodução social diz respeito a reprodução de pessoas, exercidas pelas mulheres, uma vez que para isso é necessário despendar tempo, cuidado, gerar mais lucro pro capitalismo, produzir mais

trabalhadores para a exploração, contribuir para a permanência de uma estrutura patriarcal e, além disso, não receber remuneração.

2.5 Revisão teórica aos estudos sobre a família patriarcal

Antes da conclusão do presente artigo, é de extrema importância fazer algumas ressalvas a respeito dos autores e das obras que utilizamos aqui. Para isso, farei uso de dois artigos da autora Mariza Corrêa, em que analisaremos alguns aspectos controversos da obra do Bourdieu e, posteriormente, algumas considerações importantes sobre a família patriarcal no Brasil.

Dito isso, é necessário deixar claro que a antropóloga Mariza Corrêa, em seu artigo "Sexo da dominação" faz uma crítica a obra de Bourdieu, mais especificamente ao método utilizado por ele, ao denominá-la de universalista e atemporal. Isso ocorre já que para ela, o autor ao analisar a sociedade Cabília³ se baseia no que chamamos de dominação masculina na nossa sociedade Ocidental e contemporânea, diferentemente do que deve-se esperar da sociedade Cabília:

" ... é difícil conciliar os fundamentos da "lógica ocidental" com os da lógica Cabila: ainda que se aceitasse sua pertinência ao mundo mediterrâneo e, por extensão, se aceitasse sua pertinência as diversas culturas que aí existem, é difícil aceitar a transposição daqueles pares de oposição como traços isolados do contexto social, de uma sociedade para a outra e vice-versa - como se Bourdieu tivesse sido vítima do mesmo "efeito Montesquieu" que ele utiliza para criticar Lacan e, parafraseando, tivesse lançado mão de instrumentos do pensamento pelos quais a sociedade Cabila se pensa(va) para pensar a dominação masculina na sociedade e vice-versa, dos instrumentos pelos quais a nossa sociedade se pensa, para pensar a dominação masculina na sociedade Cabila". (CORRÊA, 1999. p.45)

De fato, a análise de Bourdieu sobre a sociedade Cabília demonstra seu olhar Ocidental sobre a cultura, o que de certa forma impede a compreensão plena das estruturas de determinadas sociedades que não se encaixam no padrão previamente determinado. Em decorrência disso, a atemporalidade e a universalidade que ele atribui a sua obra ao analisar somente a sociedade Cabília é preocupante, visto que nem todas as sociedades se comportam da mesma forma, principalmente se tratando da relação entre homem e mulher.

Além disso, Mariza questiona o fato do autor se colocar a uma perspectiva externa da sociedade patriarcal que estamos imersos, já que ele não se considera contaminado pela visão e pelo inconsciente masculino, o que fica evidenciado quando Bourdieu no início do livro afirma que é difícil analisar o padrão da dominação masculina por estarmos imersos nele e, discordante a isso, ao longo do livro se posiciona como se fosse isento dessa influência, o que é inconcebível, já que:

" este universo de discursos e de atos rituais interinamente orientados para a reprodução de uma ordem social e cósmica baseada na afirmação ultra consequente do primado da masculinidade" - como integrante de uma sociedade que só permite que este inconsciente aflore " seja através da licença poética, seja na experiência semi particular da cura analítica." (CORRÊA, 1999. p.45)

Já em seu artigo "Repensando a Família Patriarcal" a autora faz algumas considerações importantes sobre o conceito de família patriarcal que temos no nosso imaginário e como ele pode ser, algumas vezes, errôneo. Em decorrência disso, nos atentamos ao fato de que essa análise de Engels aborda as relações e às estruturas familiares de forma macrosociológica, o que segundo a autora Mariza Corrêa é um equívoco já que o estudo da forma de organização familiar do grupo dominante ou de um grupo dominante em uma determinada época ou lugar, não é capaz de substituir às histórias das formas de organização familiar das sociedades, incluindo a sociedade brasileira (CORRÊA, 1981).

Dessa forma, a autora critica o livro "Casa Grande e Senzala" de Gilberto Freyre e o texto "The Brazilian Family" de Antonio Candido pois, assim como Engels em "A origem da família, da propriedade privada e do Estado" retratam as sociedades como estáticas e extremamente adaptadas ao tipo de família patriarcal

³ Pequena sociedade que o autor Pierre Bourdieu se baseou para analisar as estruturas de dominação da ordem social masculina, que fica localizada em uma região montanhosa do norte da Argélia

existente, que no caso do Brasil teve origem em Portugal. Segundo Mariza, a “família patriarcal” existiu no Brasil mas não foi a única forma de família presente no período colonial:

“O conceito de “família patriarcal”, como têm sido utilizado até agora, achata às diferenças comprimindo-as até caberem num mesmo molde que é então utilizado como ponto central da referência quando se fala de família no Brasil.” (CORRÊA, 1981. p.10)

Além disso, a autora ressalta um argumento da antropologia, que na minha opinião, vai de encontro a um ponto específico da teoria de Engels, que ocorre no momento em que os antropólogos enfatizam que os grupos de parentesco começaram a se modificar a partir do momento que o Estado surge, o que se assemelha a teoria de Engels quando ele afirma que o surgimento do sistema capitalista alterou às estruturas familiares, dando ao homem uma maior importância dentro da família do que a mulher. Sendo assim:

“Os deveres, responsabilidades e privilégios de cada um relação aos outros, são definidos em termos de parentesco mútuo, ou de sua ausência. A troca de bens e serviços, a sua produção e distribuição, a hostilidade e a solidariedade, os rituais e cerimônias, têm lugar dentro da estrutura organizadora do parentesco.” (RETTNER. 1975. p. 170)

Porém, Mariza Corrêa discorda de Engels sobre o papel de submissão feminina ao analisar o Brasil colonial, para ela o argumento da inferioridade da mulher em relação ao homem “deveria ser utilizado sempre contextualmente”, visto que:

“Novas pesquisas indicam que a família patriarcal não pode mais ser vista como a única forma de organização familiar do Brasil colonial e sugerem que a colocação do homem no centro de uma unidade doméstica como regra, parece ser também uma ilusão.” (CORRÊA, 1981 p. 13)

Outro autor que cabe ser mencionado aqui é Norbert Elias, que em sua maior obra “O Processo Civilizador” nos faz compreender que cada sociedade possui costumes e hábitos específicos, que se desenvolveram de acordo com às necessidades daquela sociedade em uma determinada época. Sendo assim, para Elias as configurações sociais são criadas pelos homens com o único objetivo de atender às demandas do período específico que estão vivendo.

Além disso, o autor enfatiza que com o passar do tempo, os comportamentos deixam de ser conscientes e passam a funcionar como uma “segunda natureza”, o que explica como os padrões de dominação masculina se difundiram com tanta facilidade em diversas sociedades, ao ponto de se tornarem imperceptíveis se não observados com o olhar crítico. Dito isso, para ele, esse processo civilizador ocorre sem planejamento algum e é somente um processo de mudança histórica, ou seja, é necessário, comum e acontece de diferentes formas nas mais diversas sociedades.

Dito isso, é importante mencionar também o autor Phillipe Ariès que em seu livro “História Social da Criança e da Família” descreve detalhadamente como exatamente ocorreu na Europa o processo que transformou a instituição família de uma esfera pública para uma esfera privada. Segundo Ariès, essa transformação ocorreu devido a dificuldade do homem em se sociabilizar e a responder a pressão que a vida pública representa para a família, o que se assemelha, de certa forma, ao desenvolvimento do sistema capitalista, mencionado por Engels. Sendo assim:

“A história de nossos costumes reduz-se em parte a esse longo esforço do homem para se separar dos outros, para se afastar de uma sociedade cuja pressão não pôde mais ser suportada. A casa perdeu o caráter de lugar público que possuía em certos casos no século XVII, era favor do clube e do café, que, por sua vez, se tornaram menos frequentados. A vida profissional e a vida familiar abafaram essa outra atividade, que outrora invadia toda a vida: a atividade das relações sociais. Somos tentados a crer que o sentimento da família e a sociabilidade não eram compatíveis, e só se podiam desenvolver à custa um do outro.” (ARIÈS, 1978, p.274)

Portanto, o objetivo dessa parte do artigo é complementar e fazer algumas considerações importantes sobre os trabalhos utilizados anteriormente. Sendo assim, é preciso enfatizar que a autora Mariza Corrêa teve como objetivo, em seus dois artigos utilizados anteriormente, explicar a importância de se pensar em um

conceito ou em um padrão de forma mais relativista, visto que cada sociedade constrói sua própria realidade e sua própria história de acordo com o que se faz necessário.

Em decorrência disso, foi importante mencionar também o autor Norbert Elias, que em seu livro “O Processo Civilizador” explica como ocorreram às mudanças nas sociedades e, principalmente porque elas acontecem. Por fim, foi necessário mencionar o autor Phillipe Ariès visto que, em sua obra “História Social da Família e da Criança”, ele explica de maneira mais aprofundada quais foram as mudanças pela qual a família passou nos séculos passados e como se tornou a instituição que temos conhecimento atualmente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as análises bibliográficas realizadas até aqui foi possível concluir que a estrutura patriarcal teve origem na instituição da família, mais especificamente na família de um par, quando o modelo patriarcal de sociedade se estabeleceu. Em decorrência disso é necessário ressaltar que a família patriarcal surgiu juntamente com o aumento das relações econômicas e sociais, ou seja, com o surgimento do capitalismo, já que com a transformação dos meios de produção as mulheres também passaram a ser tratadas como objeto de troca.

Dito isso, é possível afirmar que a submissão feminina é uma consequência do capitalismo, visto que a primeira forma de opressão da mulher ocorreu devido a derrubada de direito materno, que teve como principal objetivo permitir a acumulação de capital nas mãos dos homens, inviabilizando a importância do papel feminino para a manutenção do lar e, conseqüentemente da família. Dessa forma, o capitalismo se consolidou cada vez mais e atribuiu as mulheres novas formas de opressão, pautadas em formas modernas de sexismo que são reafirmados pelas instituições.

Duas dessas consequências da opressão feminina são a divisão sexual do trabalho e a reprodução social, que colaboram involuntariamente não somente para a geração de lucro pro capitalismo, mas também para a perpetuação do ciclo da dominação masculina. Logo, fica claro que a libertação feminina das amarras da dominação masculina está diretamente associada com o fim do capitalismo, visto que esse sistema enxerga a mulher única e exclusivamente como forma de geração de lucro, seja por meio da reprodução ou da produção industrial.

Além disso, o presente trabalho também teve como objetivo enfatizar que diferentes sociedades se desenvolvem de diversas formas e que por isso essa análise sociológica não necessariamente atenderá a todas às demandas e a todas às épocas.

Por consequência, é de extrema necessidade enfatizar que por estarmos inseridos em uma sociedade pautada na estrutura patriarcal muitas vezes não somos capazes de identificar e compreender como esses padrões se reproduzem. Portanto, o presente trabalho teve como principal objetivo explicar como este padrão surgiu e trazer a tona uma possível solução para o fim do patriarcado, que seria o fim do sistema capitalista, visto que em uma sociedade pré-capitalista às mulheres eram tão necessárias para a comunidade quanto o homem.

Referências:

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.

ARUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BORDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017

CORRÊA, Mariza. O Sexo da Dominação. Novos Estudos N.º 54, São Paulo, 7 jun. 1999, p. 43-53.

CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. Caderno de Pesquisa, São Paulo, (37): 5-16, Mai. 1981.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Boitempo, 2019.

GRUPO KRISIS. Manifesto Contra o Trabalho. Portugal: Antígona, 2003.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p.595-609., [S. l.], 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. História. São Paulo. Coleção grandes cientistas sociais. Editora Ática 3ª edição, 1989.

RUBIN, G. In: RETTER, R. ed. Toward and anthropology of women. New York. 1975.